vinetur

Comissão Europeia avança com acordo comercial UE-Índia e tarifa indiana sobre cerveja baixa para 50%

O acordo entra agora no processo de aprovação da UE, mantendo em vigor os atuais direitos de 110% até que ambos os lados o ratifiquem.

segunda-feira, 14 de setembro de 2026



A Comissão Europeia deu um passo formal para levar o acordo comercial da União Europeia com a Índia para a assinatura, incluindo, se o acordo entrar em vigor, um forte corte nas tarifas indianas sobre a cerveja proveniente da Europa.

Nas propostas enviadas ao Conselho da União Europeia em 11 de setembro, a Comissão pediu aos Estados-membros que autorizassem a assinatura e a conclusão do Acordo de Comércio Livre UE-Índia. Entre as alterações tarifárias previstas no acordo, a Índia reduziria o seu direito sobre cerveja europeia de 110% para 50%, uma quebra de 60 pontos percentuais. Isso equivale a uma redução relativa de 54,5%.

O acordo eliminaria também direitos indianas de até 55% sobre cerveja sem álcool da UE, de acordo com a tabela tarifária anexada ao acordo. Para os produtores de cerveja, isso representaria uma mudança importante num mercado que, durante muito tempo, tem sido difícil de penetrar devido aos elevados impostos de importação.

As novas taxas sobre a cerveja ainda não estão em vigor. Já eram conhecidas após a conclusão política das negociações em janeiro, mas a iniciativa da Comissão faz agora avançar o processo pelo procedimento formal de aprovação da UE. O Conselho tem primeiro de autorizar a assinatura. O Parlamento Europeu tem depois de dar o seu consentimento antes de o acordo poder ser concluído e entrar em vigor. As autoridades indianas também estão a realizar os seus próprios procedimentos internos de ratificação.

A Comissão descreveu este passo como parte de uma via de aprovação mais rápida anunciada no início deste ano pelo Comissário para o Comércio e a Segurança Económica, Maroš Šefčovič. O objetivo é encurtar o tempo entre o acordo político e a implementação prática num momento em que a política comercial está sob pressão devido a tensões geopolíticas e a tensões mais amplas no sistema comercial global.

Para a indústria cervejeira europeia, o corte tarifário destaca-se porque o imposto atualmente aplicado pela Índia é invulgarmente elevado para os padrões internacionais. Uma redução de 110% para 50% não eliminaria totalmente a barreira, mas reduziria significativamente a desvantagem de custos enfrentada pelos exportadores europeus. Isso é relevante tanto para os grandes produtores de lager como para os pequenos produtores artesanais que procuram crescer num grande

mercado consumidor.

A Comissão não forneceu um valor ou volume atual específico das exportações de cerveja da UE para a Índia no material divulgado com a medida de 11 de setembro. A medida aponta antes para o futuro tratamento tarifário que se aplicaria assim que o acordo entrasse em vigor. A relação comercial mais ampla já é grande. A UE e a Índia transacionam mais de 180 mil milhões de euros em bens e serviços por ano, segundo a Comissão, e esse comércio sustenta cerca de 800.000 empregos na União Europeia.

As disposições relativas à cerveja fazem parte de um pacote muito mais vasto. A Comissão afirmou que o acordo eliminaria ou reduziria tarifas sobre 96% das exportações de bens da UE para a Índia. Estima que os cortes tarifários globais permitiriam aos exportadores europeus poupar cerca de 4 mil milhões de euros por ano em direitos. Para além das tarifas, o acordo pretende também melhorar o acesso ao mercado, reduzir o que Bruxelas descreve como barreiras desnecessárias ao comércio e proporcionar regras mais previsíveis para o comércio e o investimento.

Esse contexto mais amplo ajuda a explicar por que razão Bruxelas apresentou o acordo como um grande pacto estratégico e também comercial. A Comissão afirma que seria o maior acordo comercial alguma vez concluído tanto pela UE como pela Índia, caso obtenha aprovação final. Insere-se também no esforço da UE para aprofundar os laços económicos com grandes parceiros da região Indo-Pacífico, onde a Índia se tornou um mercado e um interlocutor político cada vez mais importante.

Em termos práticos, as alterações tarifárias sobre a cerveja poderão tornar os produtos europeus mais competitivos nas prateleiras das lojas e no setor da hotelaria e restauração na Índia. A cerveja importada tende a enfrentar pressão de preços em mercados com direitos elevados, porque as tarifas aumentam o custo posto no destino antes de os produtos chegarem aos distribuidores e retalhistas. Um direito mais baixo pode ajudar a reduzir o fosso de preços face às marcas nacionais e tornar os produtos importados mais viáveis, sobretudo nos segmentos premium e de nicho.

A eliminação de tarifas sobre a cerveja sem álcool poderá abrir uma via adicional para os exportadores europeus. Essa categoria tem atraído mais atenção em vários mercados à medida que os produtores de cerveja expandem produtos de baixo teor

alcoólico e sem álcool. Nos termos descritos pela Comissão, os direitos de até 55% sobre esses produtos seriam totalmente eliminados quando o acordo começasse a aplicar-se.

A apresentação de 11 de setembro ao Conselho não significa que o acordo esteja garantido a entrar em vigor rapidamente. Os acordos comerciais da UE continuam sujeitos a escrutínio institucional, e as partes politicamente sensíveis podem gerar debate entre Estados-membros, deputados e setores afetados. O processo do lado indiano também continua a ser essencial, uma vez que o acordo não pode funcionar até que ambas as partes concluam os passos exigidos pelos seus próprios sistemas.

Ainda assim, a iniciativa da Comissão transforma um resultado anunciado politicamente num processo jurídico em curso. Para os produtores de cerveja e outros exportadores, o ponto principal é que o alívio tarifário prometido continua a ser futuro e não imediato. O direito de 110% sobre a cerveja alcoólica da UE e os atuais direitos sobre a cerveja sem álcool mantêm-se em vigor, a menos e até que o acordo seja aprovado e entre em vigor.